

Gustavo Franco quer liberdade para recomprar dívida externa

19 AGO 1996

GAZETA MERCANTIL

Diretor do BC defende solução semelhante à adotada pelo México

por Vanessa Adachi
de São Paulo

O diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), Gustavo Franco, defendeu na última sexta-feira que o plano de reestruturação da dívida externa brasileira, em fase de análise na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, não tenha um limite máximo de valor.

A exemplo do que o México fez em abril desse ano, o governo brasileiro tem a intenção de trocar os atuais títulos da dívida externa brasileira, os chamados "Brady Bonds", por novos papéis da dívida, com prazos mais longos e condições mais vantajosas para o País. O projeto foi enviado ao Senado em maio último e no momento um dos principais itens em discussão é se a resolução deve incluir ou não um limite, e qual deve ser esse limite de troca de dívida. "Pessoalmente acho que não precisava ter limite. Preservados os dispositivos que nos obrigam a dar conta das operações, eu não vejo sentido em haver limite. Se fizermos alguma coisa que não der certo, isso será informado ao Senado e pode-se deixar de fazer", afirmou Franco.

O BC pediu uma autorização geral para reestruturar os US\$ 57 bilhões em títulos da dívida, embora pretenda começar a reestruturação por apenas dois dos seis tipos de "bradies" emitidos pelo Brasil, os "discount bonds" e os "par bonds", que totalizam cerca de US\$ 17,6 bilhões ou 30,8% do total emitido. Durante o processo de apreciação do projeto no Senado, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) chegou a fixar o limite em US\$ 5 bilhões. Mas nada está definido ainda.

Segundo Franco, não há um cálculo sobre a quantidade de dívida que poderá ser trocada. "Uma vez garantido que nós podemos fazer as operações, aí é importante para nós exercer a liberdade de fazer muito ou pouco conforme a oportunidade. Tem que se observar o panorama, e se agir quando for o momento", disse.

Apesar de toda a discussão, Franco acredita que o projeto está "bem

encaminhado". "Foram concedidas vistas ao senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), que proporá algumas modificações no projeto de resolução que estão inteiramente de acordo com o que nós achamos apropriado. Estamos otimistas quanto ao desfecho", afirmou ele sem dar mais detalhes sobre essas modificações, durante o seminário "Títulos da Dívida Soberana", promovido pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban).

A idéia principal dessa troca é "dar um 'coupon' (juro nominal pactuado na emissão do papel) maior em troca de uma redução do principal da dívida", disse Franco. Os "bradies" pagam juros considerados muito baixos pelo mercado. Segundo ele, no final das contas o País economizaria.

Franco exemplificou com o caso mexicano. Em abril, o México tro-



Gustavo Franco

cou sua dívida velha por papéis novos sem colaterais - títulos do Tesouro americano comprados pelo país para servir de garantia aos "bradies" emitidos. Apesar do "coupon" dos papéis novos ser superior ao da emissão anterior, Franco disse que a redução do montante da dívida e a possibilidade de resgate dos colaterais trouxe ganhos

ao México. O diretor do BC concluiu que algo semelhante poderia acontecer no caso brasileiro.

Na avaliação do sócio da Goldman Sachs, Charles Seeling, também presente ao evento, a troca dos papéis da dívida reduz o seu custo efetivo. Além disso, contribui para melhorar a imagem do País perante os investidores internacionais, já que troca um título de dívida não paga renegociada por papéis que os investidores aceitam adquirir voluntariamente.